

Bemol S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Bemol S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Bemol S.A. e controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bemol S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo referente a exclusão da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS na base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em 25 de outubro de 2018. No entanto, a Companhia reverteu a provisão que mantinha correspondente a esse assunto, no montante de R\$28.923 mil, apenas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, bem como reconheceu o crédito desses impostos pagos indevidamente desde os cinco anos anteriores ao ingresso da ação até a data em que o recolhimento foi cessado, no valor de R\$76.757 mil, apenas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, em função da reversão da provisão de competência de exercícios anteriores ter sido efetuada em 2019, o lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estava a maior em R\$19.089 mil, líquido dos efeitos de impostos. Adicionalmente, em função do registro dos créditos referentes a anos anteriores ter sido reconhecido apenas em 2020, o lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está a maior em R\$50.660 mil, líquido dos efeitos de impostos.

2. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado em processo referente ao recolhimento indevido do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS nas vendas dentro da Zona Franca de Manaus em setembro de 2019. A Companhia ainda não reconheceu o crédito desses impostos pagos indevidamente desde os cinco anos anteriores ao ingresso da ação até a data em que o recolhimento foi cessado, no valor de R\$994.132 mil. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, os saldos de tributos a recuperar, de impostos diferidos no passivo circulante e de patrimônio líquido estão diminuídos em R\$994.132 mil, R\$338.005 mil e R\$656.127 mil, e o lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está diminuído em R\$656.127 mil, líquido dos efeitos dos impostos.
3. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não reconheceu impostos diferidos ativos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, em desacordo ao que determina as práticas contábeis no Brasil. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão diminuídos em R\$3.418 mil (R\$3.782 mil em 31 de dezembro de 2019), e o lucro líquido do exercício findo nessa data está aumentado em R\$364 mil (R\$66.268 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de abril de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" CE


Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

BEMOL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	331.240	102.952	336.993	108.445	Fornecedores	11	345.900	231.456	345.900	231.456
Clientes	5	733.232	663.002	740.500	663.002	Empréstimos e financiamentos	12	146.964	125.819	146.964	125.819
Estoques	6	410.281	308.216	410.281	308.216	Obrigações trabalhistas	13	44.691	33.523	45.608	33.596
Tributos a recuperar	7	50.059	15.683	50.059	15.683	Obrigações tributárias	14	54.066	23.485	54.372	23.629
Outros ativos		14.777	8.672	15.546	8.261	Juros sobre capital próprio	18	51.230	22.415	51.230	22.415
Total dos ativos circulantes		<u>1.539.589</u>	<u>1.098.525</u>	<u>1.553.379</u>	<u>1.103.607</u>	Arrendamentos a pagar	15	26.463	21.115	26.463	21.115
						Dividendos a pagar	18	52.862	75.487	52.862	75.487
						Outras contas a pagar		<u>44.104</u>	<u>32.108</u>	<u>44.540</u>	<u>32.476</u>
						Total dos passivos circulantes		<u>766.280</u>	<u>565.408</u>	<u>767.939</u>	<u>565.993</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Outros ativos		11.362	3.778	14.427	3.778	Empréstimos e financiamentos	12	163.338	20.359	163.338	20.359
Depósitos Judiciais		39	36	39	36	Arrendamentos a pagar	15	99.018	117.030	99.018	117.030
Partes relacionadas	17	108	135	-	-	Imposto diferido passivo	19	18.180	18.643	18.180	18.643
Outorgas de permissão		-	-	6.816	6.321	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	<u>1.030</u>	<u>750</u>	<u>1.030</u>	<u>750</u>
Investimentos	8	21.882	10.663	-	-	Total dos passivos não circulantes		<u>281.566</u>	<u>156.782</u>	<u>281.566</u>	<u>156.782</u>
Imobilizado	10	219.626	205.683	219.626	205.683	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Direito de uso em arrendamento Intangível	9	125.516	134.186	125.516	134.186	Capital social		203.000	203.000	203.000	203.000
Total dos ativos não circulantes		<u>378.658</u>	<u>354.771</u>	<u>366.549</u>	<u>350.294</u>	Reserva para retenção de lucros		488.291	424.135	488.291	424.135
						Reserva legal		29.818	18.457	29.818	18.457
						Ajustes de avaliação patrimonial		35.882	36.782	35.882	36.782
						Reserva de incentivos fiscais		<u>113.410</u>	<u>48.732</u>	<u>113.410</u>	<u>48.732</u>
						Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores		870.401	731.106	870.401	731.106
						Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores		-	-	22	20
						Total do patrimônio líquido		<u>870.401</u>	<u>731.106</u>	<u>870.423</u>	<u>731.126</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>1.918.247</u></u>	<u><u>1.453.296</u></u>	<u><u>1.919.928</u></u>	<u><u>1.453.901</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.918.247</u></u>	<u><u>1.453.296</u></u>	<u><u>1.919.928</u></u>	<u><u>1.453.901</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BEMOL S.A. E CONTROLADAS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	20	2.568.000	2.061.192	2.577.287	2.069.689
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	(1.739.170)	(1.383.357)	(1.739.170)	(1.383.357)
LUCRO BRUTO		<u>828.830</u>	<u>677.835</u>	<u>838.117</u>	<u>686.332</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	21	(596.254)	(514.202)	(597.876)	(515.669)
Gerais e administrativas	21	(145.859)	(113.701)	(151.771)	(119.720)
Resultado de equivalência patrimonial	8	1.091	775	-	-
Outras receitas operacionais	21	<u>188.827</u>	<u>311.498</u>	<u>188.846</u>	<u>311.693</u>
Total		<u>(552.195)</u>	<u>(315.630)</u>	<u>(560.801)</u>	<u>(323.696)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>276.635</u>	<u>362.205</u>	<u>277.316</u>	<u>362.636</u>
RESULTADO FINANCEIRO	22				
Receitas financeiras		94.120	114.094	94.202	114.138
Despesas financeiras		<u>(49.117)</u>	<u>(33.192)</u>	<u>(49.182)</u>	<u>(33.193)</u>
Total		45.003	80.902	45.020	80.945
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		321.638	443.107	322.336	443.581
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19	(94.681)	(73.969)	(95.381)	(74.445)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>226.957</u>	<u>369.138</u>	<u>226.955</u>	<u>369.136</u>
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	2	2
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		<u>226.957</u>	<u>369.138</u>	<u>226.957</u>	<u>369.138</u>
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$	18	<u>0,65</u>	<u>1,05</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BEMOL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	226.957	369.138	226.957	369.138
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>226.957</u>	<u>369.138</u>	<u>226.957</u>	<u>369.138</u>
Resultado abrangente total atribuído a:				
Acionistas controladores			226.955	369.136
Acionistas não controladores			2	2
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO			<u>226.957</u>	<u>369.138</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BEMOL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva para retenção de lucros	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído a participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		203.000	224.073	-	-	37.682	-	464.755	18	464.773
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	-	(900)	-	(900)	-	(900)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	369.138	369.138	2	369.140
Juros sobre o capital próprio	18	-	-	-	-	-	(26.400)	(26.400)	-	(26.400)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	200.062	-	-	-	(200.062)	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	18	-	-	-	48.732	-	(48.732)	-	-	-
Constituição de reserva legal	18	-	-	18.457	-	-	(18.457)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18	-	-	-	-	-	(75.487)	(75.487)	-	(75.487)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>203.000</u>	<u>424.135</u>	<u>18.457</u>	<u>48.732</u>	<u>36.782</u>	<u>-</u>	<u>731.106</u>	<u>20</u>	<u>731.126</u>
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	-	(900)	-	(900)	-	(900)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	226.957	226.957	2	226.959
Juros sobre o capital próprio	18	-	-	-	-	-	(33.900)	(33.900)	-	(33.900)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	64.156	-	-	-	(64.156)	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	18	-	-	-	64.678	-	(64.678)	-	-	-
Constituição de reserva legal	18	-	-	11.361	-	-	(11.361)	-	-	-
Distribuição de dividendos	18	-	-	-	-	-	(52.862)	(52.862)	-	(52.862)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>203.000</u>	<u>488.291</u>	<u>29.818</u>	<u>113.410</u>	<u>35.882</u>	<u>-</u>	<u>870.401</u>	<u>22</u>	<u>870.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BEMOL S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		226.957	369.138	226.955	369.136
Ajuste em:					
Depreciação e amortização	21	36.975	36.420	36.975	36.420
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamento	12	12.673	1.276	12.673	1.276
Resultado da baixa de imobilizado e intangível	10	177	3.540	177	3.540
Ajuste a valor presente	5	2.885	606	2.885	606
Complemento de provisão (reversão) para PIS/COFINS	21	-	(168.865)	-	(168.865)
Complemento de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	5 e 21	133.934	75.652	133.934	75.652
Reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	16	280	(108)	280	(108)
Provisão para perda em estoque	6	5.190	1.753	5.190	1.753
Resultado da equivalência patrimonial	8	(1.091)	(775)	-	-
Atualização monetária de arrendamentos a pagar	15	8.721	7.197	8.721	7.197
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes		(207.049)	(216.781)	(214.317)	(216.781)
Estoques		(107.255)	(80.039)	(107.255)	(80.039)
Tributos a recuperar		(34.376)	(14.409)	(34.376)	(14.409)
Outros ativos		(13.689)	(3.280)	(17.922)	(2.869)
Depósitos judiciais		(3)	(33)	(3)	(33)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		114.444	62.304	114.444	62.304
Obrigações trabalhistas		11.168	5.835	12.012	4.812
Obrigações tributárias		30.581	4.345	30.743	4.284
Outras contas a pagar		11.996	13.896	11.561	14.100
Caixa líquido gerado nas operações		232.518	97.672	222.677	97.976
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	12	(7.315)	(3.556)	(7.315)	(3.556)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		225.203	94.116	215.362	94.420
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aporte de capital em controladas	8	(10.128)	(3.141)	-	-
Aquisição de imobilizado	10	(35.275)	(60.855)	(35.275)	(60.855)
Empréstimos a partes relacionadas		27	52	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(45.376)	(63.944)	(35.275)	(60.855)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	12	163.200	78.978	163.200	78.978
Amortização de empréstimos e financiamentos	12	(4.434)	(6.942)	(4.434)	(6.942)
Pagamentos de arrendamentos	15	(29.733)	(23.794)	(29.733)	(23.794)
Dividendos pagos	18	(75.487)	-	(75.487)	-
Juros sobre o capital próprio pagos	18	(5.085)	(23.960)	(5.085)	(23.960)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		48.461	24.282	48.461	24.282
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		228.288	54.454	228.548	57.847
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	102.952	48.498	108.445	50.598
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	331.240	102.952	336.993	108.445
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		228.288	54.454	228.548	57.847

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BEMOL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bemol S.A. (“Bemol” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de agosto de 1942, com sede na cidade de Manaus, estado do Amazonas.

Em 4 de julho de 2019, através de reunião de cotistas, foi aprovada a mudança da razão social da Companhia e sua responsabilidade jurídica, passando de Companhia de responsabilidade limitada para sociedade por ações com a nova razão social passando de Benchimol, Irmão & Cia Ltda. para Bemol S.A.

A Companhia opera sob a marca “Bemol”, em lojas físicas que têm como objetivo a representação, importação, distribuição e venda de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos de telefonia celular, dentre outros produtos, nacionais e importados. A partir de dezembro de 2016, a Companhia passou a operar também no ramo de drogarias, sob a marca “Bemol Farma” e em 2020 iniciou no ramo de mercado, sob a marca “Bemol Mercado”.

A Companhia possui 56 estabelecimentos (51 estabelecimentos em 2019), sendo: 15 lojas, um centro de distribuição, 14 drogarias e um mercado em Manaus - AM; uma loja e uma drogaria em Itacoatiara - AM; uma loja e uma drogaria em Manacapuru - AM; uma loja e uma drogaria em Presidente Figueiredo - AM; uma loja e uma drogaria em Autazes – AM; três lojas, duas drogarias e um centro de distribuição em Porto Velho - RO; uma loja e uma drogaria em Ariquemes – RO; uma loja e uma drogaria em Ji-Paraná – RO; uma loja, uma drogaria e um centro de distribuição em Rio Branco - AC; duas lojas e duas drogarias em Boa Vista - RR. A Companhia também opera no comércio eletrônico, via internet.

Além disso, a Companhia possui participações em sociedades com personalidades jurídicas similares, sendo elas controladas, cujas denominações sociais e as respectivas participações estão demonstradas a seguir:

	Participação acionária - %	
	2020	2019
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Barroso Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,80%	99,70%
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	99,80%	99,70%

	Participação acionária - %	
	2020	2019
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,85%	99,70%
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,90%	99,80%
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	100%	100%
Loteria Bemol Arquimedes Ltda.	100%	-

As controladas referem-se a lotéricas autorizadas a funcionar pela Caixa Econômica Federal, para as quais foram efetuados pagamentos de outorgas de permissão com autorização de funcionamento pelo período de 20 anos, renováveis por igual período e por uma Correspondente de Instituições Financeiras.

1.1. EVENTOS SIGNIFICATIVOS DO EXERCÍCIO

Covid-19

O Covid-19 foi descoberto em dezembro de 2019, quando apareceram os primeiros casos na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Desde 31 de dezembro, quando do registro dos primeiros casos na China, o vírus já chegou a mais de 150 países, sendo declarada pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Nesse sentido, a Administração dispensou especial atenção àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis levadas ao efeito, como: recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros, tributos sobre o lucro, mensuração de ativos e passivos de arrendamento, mensuração do valor justo, provisões e passivos contingentes, reconhecimento de receita e liquidez e cumprimento de compromissos financeiros.

Destaca-se que até o momento não ocorreram eventos que afetassem a capacidade operacional da Companhia, bem como que acarretassem reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A Companhia manteve as seguintes iniciativas adotadas desde o início da pandemia em março de 2020:

a) Governança da crise

Criou-se um comitê multidisciplinar formado pelos gerentes de Riscos, RH, Compliance/Jurídico, TI e Operacional com a supervisão da Diretoria Executiva. As diretrizes do plano são: a) zelar pela saúde de colaboradores e clientes; b) manutenção dos empregos dos nossos colaboradores c) monitorar o ambiente externo; d) assegurar a continuidade das operações e vendas; e) desenvolver novas competências para continuidade da empresa e; f) apoiar a comunidade.

b) Gestão de pessoas

A Companhia adotou estratégias na frente de gestão de pessoas:

- Adoção do “home office” para todos os colaboradores do escritório e do chamado “grupo de risco” nos períodos em que o isolamento social fez-se necessário;

- Segurança de colaboradores e clientes: adoção do protocolo de combate do Hospital Albert Einstein, compra de equipamentos de proteção ao contágio e implantação do “Varejo Seguro”;
- Aplicação das medidas de proteção ao emprego disponibilizadas pelo governo federal e;
- Redesenho de funções para adaptação ao cenário de lojas fechadas.

c) Impactos financeiros

A Companhia possui três objetivos na frente de impactos financeiros: assegurar o caixa e a disponibilidade de linhas de crédito; reduzir os desembolsos via repactuação e negociação e; gerenciar a concessão de crédito e inadimplência. Para isso, adotou sete estratégias na frente de impactos financeiros:

- Prorrogação de pagamentos de todos os fornecedores;
- Redução de despesas operacionais, com suspensão de contratos, renegociações e cancelamento de projetos/consultorias;
- Redução da folha de pagamento com o uso da medida provisória de proteção ao emprego do Governo Federal;
- Prorrogações de impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com a legislação aplicável;
- Captação de recursos com bancos;
- Limitar crédito concedido para clientes de maior risco, e;
- Readequação dos projetos de expansão previstos no CAPEX 2020.

d) Cadeia de Suprimentos e Operações

A Companhia possui três objetivos na frente de operações: garantir o abastecimento; cancelamento e revisão de pedidos de compra com fornecedores; gerenciar o armazenamento e fluxo de movimentação de mercadorias. Para isso, adotou cinco estratégias na frente operacional:

- Lista com produtos indispensáveis às vendas;
- Envio de produtos volumosos e com baixo giro para depósito externo;
- Torre de controle para escoar itens de baixo giro;
- Visibilidade de necessidade de compras, e;
- Negociação de ações promocionais semanais para impulsionar vendas.

e) Clientes e Receita

Em virtude do fechamento de lojas, a Companhia redesenhou suas operações de forma a atender bem os clientes pelos canais digitais e entrega. Com isso, as seguintes ações foram tomadas:

- Criação de postos de atendimento em supermercados parceiros;

- Coleta de pagamentos em casa;
- Drive thru de pagamentos;
- Postergação de pagamentos sem incidência de juros para os clientes;
- Televendas;
- Novos produtos adicionados ao mix (supermercado e limpeza), e;
- Sites regionais com entrega de produtos em até 24 horas.

f) Apoio a Comunidade

A Companhia está próxima dos hospitais e unidades de saúde nas cidades em que atua com a doação de remédios e equipamentos de proteção individual aos profissionais de saúde e de cestas básicas e colchões aos centros de acolhimento.

Conforme pode ser observado nas demonstrações financeiras, a estrutura de liquidez da Companhia para 31 de dezembro de 2020 é confortável com capital circulante líquido positivo de R\$769.620 na controladora (R\$781.742 no consolidado) e com baixo grau de endividamento o que demonstra nossa posição confortável para enfrentar esse momento.

Ao longo de 2021, a Companhia continuará seguindo as referidas medidas preventivas, bem como o monitoramento do mercado em busca de identificar eventuais mudanças que deteriore o ambiente econômico e de negócios, a fim de antecipar quaisquer riscos decorrentes da pandemia do Covid-19.

A Administração da Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças de circunstâncias que indiquem a necessidade de realizar a análise de “impairment” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”. Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantinha instrumentos financeiros os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Aplicações financeiras, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício.

c) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada exercício.
- Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa “PECLD”: A partir de 1º de janeiro de 2018 a PECLD passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para devedores duvidosos com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. Ver nota explicativa nº 5.
- Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição.

- Provisão por causas cíveis e trabalhistas são reconhecidas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nos centros de distribuições da Companhia. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção e custo atribuído, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para oscasos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

f) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

g) Tributação sobre a renda Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240.
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

h) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Os arrendamentos se referem, preponderantemente, às lojas alugadas pela Companhia.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realizados nas linhas de receitas ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

j) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas” durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	14.764	13.341	19.854	14.934
Aplicações financeiras	316.476	89.611	317.139	93.511
Total	331.240	102.952	336.993	108.445

As aplicações financeiras referem-se basicamente a Certificado de Depósito Bancário – CDB, remuneradas a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

5. CLIENTES

a) Composição dos saldos por tipo de operação:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - Pessoa física	1.153.971	1.026.984
Contas a receber - Pessoa jurídica	7.915	5.064
Repactuação de contas a receber em atraso	69.224	70.091
Contas a receber - Cartão de crédito	171.008	91.416
Cheques devolvidos	725	741
Total	1.402.843	1.194.296
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(659.574)	(525.640)
Ajuste a valor presente	(2.769)	(5.654)
Total	740.500	663.002

b) Movimentação para provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa

Saldo em 31/12/2018	Adição líquida	Saldo em 31/12/2019
(449.990)	(75.652)	(525.640)
Saldo em 31/12/2019	Adição líquida	Saldo em 31/12/2020
(525.640)	(133.934)	(659.574)

A Companhia mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de crédito esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber foi ajustado a valor presente utilizando a taxa de juros 2,72% ao ano (5,79% em 2019).

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não há contas a receber dado em garantia pela Companhia.

Composição dos saldos por idade de vencimento.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	689.619	550.133
Vencidos:		
Até 30 dias	37.862	39.663
De 31 a 90 dias	26.371	35.854
De 91 a 180 dias	25.469	42.549
De 181 a 365 dias	81.369	66.794
Acima de 365 dias	542.153	459.303
Total	<u>1.402.843</u>	<u>1.194.296</u>

6. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias nacionais e importadas em lojas	102.496	93.846
Medicamentos	12.689	11.009
Mercadorias nacionais e importadas em centros de distribuição	263.515	180.713
Materiais de consumo	8.786	3.458
Provisão para perdas de estoques (obsolescência e quebras)	(8.000)	(2.810)
Adiantamento a fornecedores	30.795	22.000
Total	<u>410.281</u>	<u>308.216</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não há estoques dados em garantia pela Companhia.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar	435	-
ICMS a recuperar	49.624	15.683
Total	<u>50.059</u>	<u>15.683</u>

8. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2020	2019
<u>Participações em Companhias controladas</u>		
Loteria Estrela de Davi Ltda.	974	987
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	1.023	968
Loteria Bemol Torquato Ltda.	722	586
Loteria Bemol Educandos Ltda.	620	529
Loteria Bemol Avenida Ltda.	780	652
Loteria Bemol Barroso Ltda.	493	385
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	584	328
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	482	519
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	430	744
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	487	487
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	222	342
Loteria Bemol Matriz Ltda.	477	384
Loteria Bemol Manauara Ltda.	434	185
Loteria Bemol Am Shopping Ltda.	219	141
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	108	74
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	459	350
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	12.847	3.002
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	521	-
Total	<u>21.882</u>	<u>10.663</u>

Resumo dos investimentos

	Participação		Patrimônio Líquido		Capital social		Lucro (prejuízo) do exercício	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	<u>Participações em Companhias controladas</u>							
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,8%	99,7%	974	987	527	527	(3)	77
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,8%	99,7%	1.024	968	762	762	56	(113)
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,8%	99,7%	723	586	288	288	137	(19)
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,8%	99,7%	620	529	480	480	109	117
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,8%	99,7%	780	652	656	656	56	75
Loteria Bemol Barroso Ltda.	99,8%	99,7%	493	385	369	369	(5)	83
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,8%	99,7%	584	328	595	595	64	81
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,8%	99,7%	482	519	945	945	(5)	(22)
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,8%	99,7%	430	744	570	570	46	(77)
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,8%	99,7%	323	487	10	10	46	71
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,8%	99,7%	221	342	127	127	39	59
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,8%	99,7%	477	384	139	139	188	190
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,8%	99,7%	434	185	425	425	52	206
Loteria Bemol Am Shopping Ltda.	99,8%	99,7%	218	141	100	100	85	32
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,9%	99,8%	107	74	164	164	65	(38)
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,85%	99,7%	459	350	468	468	112	51
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	100%	100%	13.011	3.002	13.000	3.000	9	2
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	100%		520	-	495	-	26	-

Movimentação dos saldos - participação em Companhias controladas

	<u>Controladora</u>
Em 31 de dezembro de 2018	6.747
Resultado de equivalência patrimonial	775
Integralização de capital	<u>3.141</u>
Em 31 de dezembro de 2019	10.663
Resultado de equivalência patrimonial	1.091
Integralização de capital	<u>10.128</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>21.882</u>

9. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>		Taxa amortização (a)
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Lojas	<u>8.348</u>	<u>(17.018)</u>	<u>125.516</u>	<u>134.186</u>	11,85%a.a.
Total	<u>8.348</u>	<u>(17.018)</u>	<u>125.516</u>	<u>134.186</u>	

(a) A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

(+) Adoção inicial - lojas	154.742
(-) Amortização do exercício	<u>(20.556)</u>
Saldo final - 31/12/2019	134.186
(+) Adições	8.348
(-) Amortização do exercício	<u>(17.018)</u>
Saldo final - 31/12/2020	<u>125.516</u>

10. IMOBILIZADO

	Saldo em			Saldo em			Saldo em	
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2020
Custo Terrenos	47.099	2.420	-	49.519	-	-	-	49.519
Equipamentos de segurança	4.587	231	-	4.818	474	-	-	5.292
Bens e direitos de uso	1.920	-	(33)	1.887	-	-	-	1.887
Construções e edificações	120.607	12.443	-	133.050	-	-	9.689	142.739
Benfeitorias	1.254	50	(30)	1.274	10	-	-	1.284
Instalações	35.995	6.983	(5)	42.973	1.505	-	21.075	65.553
Equipamentos de processamento de dados	25.299	6.233	(477)	31.055	-	(22)	12.646	43.679
Equipamentos de telecomunicações	546	36	(3)	579	34	(3)	-	610
Móveis e utensílios	10.594	4.853	(110)	15.337	7.114	(28)	-	22.423
Veículos	17.714	6.755	-	24.469	2.190	(538)	-	26.121
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	-	2.962	-	-	2.962
Construções em andamento	23.767	20.851	(3.056)	41.562	20.986	-	(43.410)	19.138
Saldo	<u>289.382</u>	<u>60.855</u>	<u>(3.714)</u>	<u>346.523</u>	<u>35.275</u>	<u>(591)</u>	<u>-</u>	<u>381.207</u>

	Taxa média ponderada anual de depreciação	Saldo em 31/12/2018			Saldo em 31/12/2019			Saldo em 31/12/2020	
		Saldo em	Adições	Baixas	Saldo em	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em
Depreciação:									
Equipamentos de segurança	16%	(3.956)	(247)	-	(4.203)	(196)	-	-	(4.399)
Bens e direitos de uso	18%	(1.920)	304	-	(1.616)	-	-	-	(1.616)
Construções e edificações	4%	(53.725)	(5.721)	-	(59.446)	(6.186)	-	-	(65.632)
Benfeitorias	10%	(1.254)	(3)	1	(1.256)	(2)	-	-	(1.258)
Instalações	15%	(26.477)	(3.776)	118	(30.135)	(4.212)	-	-	(34.347)
Equipamentos de processamento de dados	30%	(17.039)	(3.839)	28	(20.850)	(5.702)	413	-	(26.139)
Equipamentos de telecomunicações	12%	(478)	70	-	(408)	(22)	1	-	(429)
Móveis e utensílios	15%	(7.363)	(1.428)	27	(8.764)	(1.920)	-	-	(10.684)
Veículos	20%	(11.740)	(2.422)	-	(14.162)	(2.915)	-	-	(17.077)
Saldo		(123.952)	(17.062)	174	(140.840)	(21.155)	414	-	(161.581)
Imobilizado Líquido		165.430	43.793	(3.540)	205.683	14.120	(177)	-	219.626

11. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
De mercadorias	292.954	199.101
De serviços	52.946	32.355
	<u>345.900</u>	<u>231.456</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Instituição financeira</u>		
Bradesco (a)	19.426	15.210
Banco do Brasil (b)	40.221	10.035
Banco da Amazônia (c)	60.526	30.482
Santander (d)	81.213	19.238
Banco Itaú S.A. (e)	93.493	67.654
Caixa Econômica Federal (f)	15.423	3.559
Saldo final	<u>310.302</u>	<u>146.178</u>
Circulante	146.964	125.819
Não circulante	163.338	20.359
Total	<u>310.302</u>	<u>146.178</u>

(a) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 4,15% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento em abril/2022.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 1,69% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento em março/2023.

(b) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 2,3% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento em março/2021.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 2,06% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento em setembro/2023.

- (c) Capital de giro para ampliação do Centro de Distribuição e implantação de uma filial no Shopping Ponta Negra com juros de 5,66% ao ano, com vencimento em julho/2023.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 7,79% ao ano, com vencimento em junho/2022.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros atualizado pelo FAM e TFC de 0,28% ao ano, com vencimentos em abril/2023.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 3,28% ao ano, com vencimentos em março/2023.

Capital de giro para Financiamento de Obras/Aquisição de bens com juros atualizado pelo FAM e TFC de 0,18% ao ano, com vencimentos em junho/2028.

- (d) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 2,31% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimentos em março/2022.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 5,33% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimentos em março/2021.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 1,89% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimentos em novembro/2023.

- (e) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 4,15% ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento em março/2021.

Swap para fluxo de caixa com juros de 2,64%, com vencimento em março/2021.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 4,48% ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimentos em abril/2021.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 4,29% ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento em maio/2021.

Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 1,67% ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento em novembro/2023.

- (f) Capital de giro para fluxo de caixa com juros de 2,91% ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento em abril/2021.

A movimentação dos saldos circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>
31 de dezembro de 2018	76.422
(+) Captação de empréstimos	78.978
(+) Provisão de juros	1.276
(-) Pagamentos principal	(6.942)
(-) Pagamentos juros	(3.556)
31 de dezembro de 2019	146.178
(+) Captação de empréstimos	163.200
(+) Provisão de juros	12.673
(-) Pagamentos principal	(4.434)
(-) Pagamentos juros	(7.315)
31 de dezembro de 2020	<u>310.302</u>

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	Controladora e consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2022	-	11.809
2023	68.416	8.550
2024	83.005	-
2025	2.081	-
2026	2.081	-
2027 em diante	7.755	-
Total	<u>163.338</u>	<u>20.359</u>

Garantias

As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação de bens e terrenos com suas respectivas benfeitorias no montante de R\$54.617.

Cláusulas restritivas

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia cumpriu com os referidos “covenants”.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários a pagar	20.427	13.193	20.768	12.774
INSS	3.659	4.904	3.758	5.006
FGTS	1.349	488	1.381	517
Provisão para férias e encargos	19.256	14.938	19.701	15.299
Total	<u>44.691</u>	<u>33.523</u>	<u>45.608</u>	<u>33.596</u>

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS	685	683	694	692
COFINS	3.220	2.248	3.269	2.286
Provisão de PIS e COFINS (a)	-	4.965	-	4.965
IRRF	2.637	1.299	2.641	1.308
ICMS	18.997	10.288	18.998	10.283
ISS retido na fonte	440	180	440	180
Imposto de renda pessoa jurídica	20.039	1.857	20.194	1.915
Contribuição social sobre o lucro	7.850	1.782	7.929	1.817
Outros impostos a recolher	198	183	207	183
Total	54.066	23.485	54.372	23.629

(a) A Companhia obteve êxitos nos processos tributários relacionados ao PIS/Cofins. O processo se divide em duas partes principais:

- Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, cujo trânsito em julgado ocorreu em outubro de 2018. O crédito fiscal retroativo correspondente a este processo, no montante de R\$76.657, foi reconhecido como “outras receitas” durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e a provisão correspondente anteriormente reconhecida, no montante de R\$28.923, foi revertida como “outras receitas” durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e
- Não incidência do PIS/Cofins nas vendas à Pessoa Física e nas vendas à Pessoa Jurídica dentro da Zona Franca de Manaus, cujo trânsito em julgado ocorreu em setembro de 2019. O crédito fiscal retroativo correspondente a este processo, estimado no montante de R\$994.132, não foi reconhecido pela Companhia, e a provisão correspondente anteriormente reconhecida, no montante de R\$235.828, foi revertida como “outras receitas” durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Administração envidou todos os esforços para calcular a melhor estimativa possível sobre o potencial ganho com a ação. Este cálculo foi realizado por consultoria especializada e reconhecida internacionalmente pela sua competência neste tema. A íntegra do relatório e cálculos foram divulgados de maneira explicativa e exaustiva aos acionistas.
- A Companhia optou por reconhecer as receitas oriundas do trânsito em julgado dessa ação no exercício em que ocorrer a emissão dos respectivos precatórios, uma vez que os valores ainda não estão fixados pela Justiça Federal. Os resultados dessas causas estão vinculadas ao acordo de acionistas, com previsão de distribuição da totalidade dos ganhos líquidos de impostos. Os precatórios federais são pagos no ano subsequente à emissão, assim, a totalidade dos ganhos com a causa tributária será paga como dividendos obrigatórios do ano subsequente à sua contabilização.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A movimentação do arrendamento a pagar, cuja taxa média de desconto foi de 7,93% ao ano, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2020, foi a seguinte:

(+) Adoção inicial – lojas	154.742
(+) Atualização monetária	7.197
(-) Pagamentos	<u>(23.794)</u>
Saldo inicial - 31/12/2019	138.145
(+) Adições	8.348
(+) Atualização monetária	8.721
(-) Pagamentos	<u>(29.733)</u>
Saldo final - 31/12/2020	<u>125.481</u>
Circulante	26.463
Não circulante	<u>99.018</u>
Saldo	<u>125.481</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	
2022	16.994
2023	14.797
2024	14.434
2025	13.071
2026 em diante	<u>39.722</u>
Total	<u>99.018</u>

16. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A provisão para riscos, em 31 de dezembro, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	177	217
Cíveis	<u>853</u>	<u>533</u>
Total	<u>1.030</u>	<u>750</u>

Passivos contingentes

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas e cíveis que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas. O valor das causas em 31 de dezembro de 2020 dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$4.298 (R\$2.440 em 31 de dezembro de 2019).

17. PARTES RELACIONADAS

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativo não circulante</u>		
Loteria Bemol Torquato Ltda. (a)	108	135
Total	<u>108</u>	<u>135</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dividendos a pagar (b)	52.862	75.487
Juros sobre o capital próprio a pagar (b)	51.230	22.415
Total	<u>104.092</u>	<u>97.902</u>

(a) O saldo refere-se a empréstimo concedido pela Bemol S.A. sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2023.

(b) Referente aos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar conforme apresentado na nota explicativa nº 18.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Administração durante o exercício de 2020, incluindo pró-labore e gratificações, foi de R\$5.372 (R\$4.919 em 2019). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é R\$203.000 e está representado por 350.000.000 ações nominativas, no valor de R\$0,58 (cinquenta e oito centavos) cada uma, distribuídos da seguinte forma:

	Controladora e consolidado		
	Nº de ações	Valor R\$	% Participação
Nora Benchimol Minev	96.009.741	55.686	27,43%
Jaime Samuel Benchimol	61.507.935	35.675	17,57%
Denis Benchimol Minev	38.552.500	22.360	11,01%
Ilana Benchimol Minev	38.552.500	22.360	11,01%
Eliezer Israel Benchimol	12.732.569	7.385	3,63%
Michel Benchimol	11.596.895	6.726	3,31%
Ghisa Benchimol	11.596.895	6.726	3,31%

	Controladora e consolidado		
	Nº de ações	Valor R\$	% Participação
Nina Clara Benchimol	10.983.268	6.370	3,14%
Debora Anne Benchimol	10.551.181	6.120	3,01%
Ari Saul Benchimol	10.551.181	6.120	3,01%
Benjamim Saul Benchimol	10.551.181	6.120	3,01%
Gustavo Benchimol	7.957.856	4.616	2,27%
André Felipe Benchimol	7.957.855	4.616	2,27%
Rachel Sobreira Benchimol	5.923.145	3.435	1,69%
Hanna Sobreira Benchimol	5.923.145	3.435	1,69%
Ilko Mintschev Minev	3.123.193	1.812	0,89%
Liana Benchimol Ghelman	1.591.571	923	0,45%
Adriana Benchimol Duek	1.591.571	923	0,45%
Shana Goldberg	1.372.909	796	0,40%
Dany Goldberg	1.372.909	796	0,40%
	<u>350.000.000</u>	<u>203.000</u>	<u>100,00%</u>

Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (“deemed cost”) aos ativos imobilizados alocados na classe de terrenos e edificações, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente divergia de forma significativa do valor justo destes ativos. A definição dos custos atribuídos foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por Companhia externa, sendo os laudos aprovados pela Administração, e resultou em acréscimo de valor do ativo imobilizado no montante de R\$67.099.

A contrapartida do saldo é registrada diretamente no patrimônio líquido, no grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes. Anualmente a avaliação patrimonial é ajustada pela depreciação de edifícios e realização dos impostos diferidos sobre esse saldo.

Dividendos

É garantido aos acionistas, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A relação dos valores de dividendos distribuídos e propostos está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	226.957	369.138
Constituição da reserva legal (5%)	(11.361)	(18.457)
Reserva de incentivo fiscal	(64.678)	(48.732)
Lucro líquido do exercício após constituição de reservalegal	<u>150.918</u>	<u>301.949</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	37.730	75.487
Distribuição de resultados aprovados pelos acionistas (a)	52.862	-
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados	-	75.487

- (a) Em 12 de novembro de 2020, foi realizada uma assembleia geral extraordinária, e dentre as deliberações aprovadas, foi deliberada a distribuição do resultado decorrente dos procedimentos de compensação dos créditos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$51.213, corrigidos pela SELIC a partir de cada compensação de tributos realizada, até a data de pagamento desses dividendos, ocorrido em 29 de janeiro de 2021.

Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$33.900 (R\$26.400 em 2019), os quais foram contabilizados em despesas financeiras conforme determinado pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos do resultado do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados como distribuição de lucros. Esses juros sobre o capital próprio não foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

	Controladora e consolidado	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	22.415	19.975
Despesas com juros sobre o capital próprio	33.900	26.400
Juros sobre o capital próprio pagos	<u>(5.085)</u>	<u>(23.960)</u>
Saldo final	<u>51.230</u>	<u>22.415</u>

Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 conforme o quadro abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$</u>		
Lucro do exercício	226.957	369.138
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício (em milhares)	350.000	350.000
Resultado por ação - básico e diluído (por lote de mil ações)	0,65	1,05

Não há potencializador de diluição razão pela qual os resultados são iguais.

Reserva legal

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

Reservas de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais são geradas pelo crédito presumido do ICMS estabelecido no Decreto nº 20.686/1999 de Manaus - AM. O benefício consiste na restituição de crédito presumido do ICMS na Zona Franca de Manaus, nas operações de venda em operações internas e interestaduais. A reserva é constituída com base nas normas contábeis e a mesma não pode ser distribuída aos acionistas, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor reconhecido como reservas de incentivos fiscais foi de R\$64.678 (R\$48.732 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

O referido benefício já estava à disposição da Companhia nos anos anteriores, no entanto, por decisão da Administração, a Companhia não vinha utilizando este benefício e, conseqüentemente, não possuía qualquer restrição de distribuição dos lucros entre os acionistas. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com a opção da utilização do referido benefício, a Companhia passou reconhecer essa receita, bem como fazer sua exclusão no cálculo da apuração do imposto de renda e contribuição social, assim como fazer a transferência do referido montante para reserva de incentivo fiscal.

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida no resultado ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 (R1). A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

- (a) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da Companhia, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como redução do custo nos períodos apropriados;
- (b) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação; e
- (c) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como redução do custo na demonstração do resultado.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

a) Tributos correntes

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	321.638	443.107
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(109.357)</u>	<u>(150.656)</u>
<u>Adições e exclusões permanentes</u>		
Juros sobre capital próprio	11.526	8.976
Resultado da equivalência patrimonial	371	264
Receita Subvenção de ICMS	21.813	16.569
Exclusão Dispêndio Lei do Bem	-	1.287
Outros	<u>(19.034)</u>	<u>49.591</u>
Total de adições e exclusões permanentes	<u>14.676</u>	<u>76.687</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	<u>(94.681)</u>	<u>(73.969)</u>

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivo no montante de R\$18.179 (R\$18.643 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, calculados sobre diferenças temporárias, a alíquota de 34%.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos	22.429	23.002
Custo atribuído ao imobilizado - edificações	<u>31.039</u>	<u>31.829</u>
Total	<u>53.468</u>	<u>54.831</u>
IR e CSLL sobre diferença fiscal temporária (34%)	18.180	18.643

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não possui prejuízo fiscal nem base negativa para contribuição social para constituição de imposto diferido ativo.

20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Vendas brutas de produtos	2.804.058	2.250.783	2.806.394	1.969.463
Comissões, garantias e serviços	20.904	21.080	20.904	21.080
Remuneração sobre correspondências bancárias	-	-	4.894	5.796
Comissões sobre jogos	-	-	3.062	2.286
Deduções	-	-	-	1.524
Impostos sobre vendas (*)	(150.896)	(139.551)	(151.901)	(140.660)
Abatimentos e descontos	(41.746)	(29.594)	(41.746)	(29.594)
Devoluções e cancelamentos	<u>(64.320)</u>	<u>(41.526)</u>	<u>(64.320)</u>	<u>(41.526)</u>
Total	<u>2.568.000</u>	<u>2.061.192</u>	<u>2.577.287</u>	<u>2.069.689</u>

(*) Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 0% ou 7,6%).

21. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo das mercadorias vendidas	(1.839.188)	(1.467.943)	(1.839.188)	(1.467.943)
Bonificações	39.659	35.854	39.659	35.854
Receita de Subvenção de ICMS	64.678	48.732	64.678	48.732
Ajuste a valor presente	-	(567)	-	(567)
Salários e outros proventos	(147.951)	(118.628)	(150.785)	(122.542)
Encargos sociais	(41.516)	(41.404)	(42.349)	(42.766)
Benefícios a funcionários	(13.062)	(8.213)	(13.062)	(8.213)
Depreciações e amortizações	(36.975)	(36.420)	(36.975)	(36.420)
Despesas com o funcionamento	(18.641)	(17.504)	(18.641)	(17.504)
Honorários da Administração	(5.732)	(5.788)	(5.732)	(5.788)
Gastos com segurança patrimonial	(5.798)	(5.192)	(5.798)	(5.192)
Multas dedutíveis	(127)	(218)	(127)	(218)
Serviços prestados por terceiros	(20.757)	(9.450)	(23.044)	(10.170)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de informática	(38.049)	(26.867)	(38.049)	(26.867)
Despesas com indenização de funcionários	(67)	(979)	(67)	(979)
Manutenção de veículos, edificações e equipamentos	(11.993)	(10.168)	(11.993)	(10.168)
Publicidade e propaganda	(115.307)	(62.048)	(115.309)	(62.048)
Aluguéis	(7.539)	(7.492)	(7.661)	(7.612)
Fretes e carretos	(24.755)	(5.719)	(24.755)	(5.719)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	(133.934)	(75.652)	(133.934)	(75.652)
Material de expediente	(4.495)	(3.099)	(4.495)	(3.099)
Provisão de PIS e COFINS	-	(66.963)	-	(66.963)
Reversão de provisão de PIS e COFINS (a)	-	235.828	-	235.828
Crédito fiscal referente aos processos de PIS e COFINS (a)	76.756	-	76.756	-
Despesas tributárias	(23.799)	(14.215)	(24.589)	(15.135)
Verba de propaganda	12.848	17.421	12.848	17.421
Receitas com serviços	4.643	4.786	4.662	4.786
Resultado na venda de imobilizado	459	408	459	408
Receita de aluguel	1.586	1.477	1.586	1.477
Reversão da provisão para riscos cíveis e trabalhistas	280	(108)	280	(108)
Gestão de cobrança	(13.563)	(10.631)	(13.563)	(10.631)
Outras receitas (despesas)	9.883	(49.000)	9.217	(49.255)
Total	(2.292.456)	(1.699.762)	(2.299.971)	(1.707.053)
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(1.739.170)	(1.383.357)	(1.739.170)	(1.383.357)
Outras receitas operacionais	188.827	311.498	188.846	311.693
Despesas com vendas	(596.254)	(514.202)	(597.876)	(515.669)
Despesas administrativas e gerais	(145.859)	(113.701)	(151.771)	(119.720)
Total	(2.292.456)	(1.699.762)	(2.299.971)	(1.707.053)

(a) Referente à reversão de provisão de PIS e COFINS mencionada na nota explicativa nº 14(a).

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicação financeira	3.967	3.688	3.989	3.732
Varição cambial ativa	624	404	624	404
Juros por atraso	67.352	67.523	67.412	67.523
Reversão de ajuste a valor presente	15.277	37.232	15.277	37.232
Descontos obtidos	6.900	5.247	6.900	5.247
Total	94.120	114.094	94.202	114.138
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos ou incorridos	(26.209)	(17.146)	(26.209)	(17.146)
Taxas e comissões bancárias	(14.185)	(8.785)	(14.185)	(8.785)
Descontos concedidos	(2)	(64)	(67)	(65)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(8.721)	(7.197)	(8.721)	(7.197)
Total	(49.117)	(33.192)	(49.182)	(33.193)
Total resultado financeiro	45.003	80.902	45.020	80.945

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros - custo amortizado</u>				
Caixa e equivalente de caixa	331.240	102.952	336.993	108.445
Contas a receber	733.232	663.002	740.500	663.002
Total	<u>1.064.472</u>	<u>765.954</u>	<u>1.077.493</u>	<u>771.447</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	310.302	146.178	310.302	146.178
Outros passivos financeiros - fornecedores	345.900	231.456	345.900	231.456
Outros passivos financeiros - arrendamentos a pagar	125.481	138.145	125.481	138.145
Outros passivos financeiros – outras contas a pagar	44.104	32.108	44.540	32.476
Total	<u>825.787</u>	<u>547.887</u>	<u>826.223</u>	<u>548.255</u>

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

(i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

(iii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

(iv) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais estão mencionadas na nota explicativa n 12.

(v) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2020:				
Empréstimos e financiamentos	146.964	68.416	87.167	7.755
Fornecedores	345.900	-	-	-
Arrendamentos a pagar	26.463	31.791	27.505	39.722
Outras contas a pagar	44.104	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2019:				
Empréstimos e financiamentos	125.819	11.809	8.550	-
Fornecedores	231.456	-	-	-
Arrendamentos a pagar	21.115	15.918	47.159	53.953
Outras contas a pagar	32.108	-	-	-

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

(i) Índice de endividamento

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social e reservas, conforme apresentado na nota explicativa nº 18).

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Dívida	310.302	146.178	310.302	146.178
Caixa e equivalentes de caixa	(331.240)	(102.952)	(336.993)	(108.445)
Dívida líquida	<u>(20.938)</u>	<u>43.226</u>	<u>(26.691)</u>	<u>37.733</u>
Patrimônio líquido	870.401	731.106	870.423	731.126
Índice de endividamento líquido	(0,02)	0,06	(0,03)	0,05

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado no montante de R\$226.519 com vencimento em janeiro de 2022 (R\$166.960 em 2019).

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Constituição de juros sobre capital próprio	33.900	26.400
Arrendamentos	8.348	154.742
Dividendos propostos e não pagos	52.862	75.487

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 15 de abril de 2021.